



- Ambiente e Sustentabilidade Crítica, Documentação e Reflexão Espaço Público e Cidadania
 Habitação e Direito à Cidade Infraestrutura e Mobilidade Novos processos e novas tecnologias
 Patrimônio, Cultura e Identidade

Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada

Contemporary Intervencionist Postures and the Institutionalized Brazilian Practice
Posturas Intervencionistas Contemporâneas y la Práctica Brasileña Institucionalizada

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda (1)

(1) Professora Doutora, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN – Departamento de Arquitetura e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, RN, Brasil e Centro de Estudos da Conservação Integrada, CECl, Recife, PE; e-mail: vieira.m.natalia@gmail.com

Posturas Intervencionistas Contemporâneas e a Prática Brasileira Institucionalizada

Contemporary Intervencionist Postures and the institutionalized Brazilian Practice

Posturas Intervencionistas Contemporâneas y la Práctica Brasileña Institucionalizada

RESUMO

No âmbito brasileiro, existe uma prática consolidada no órgão de preservação federal, o atual IPHAN, que ainda se baseia no suposto “retorno ao original”, visão oitocentista criticada por diversas contribuições teóricas posteriores. Apesar deste órgão federal de preservação patrimonial ter sido criado de forma pioneira na América Latina, ainda na década de 30, observa-se a coincidência entre a sua chamada “fase heroica” (1937-1967), onde se consolidam suas práticas institucionais, com o vácuo entre as publicações de recomendações internacionais no âmbito da preservação (as Cartas de Atenas, de 1931 e 1933 e a Recomendação de Nova Delhi apenas em 1956). Além disso, a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, datada 1963, apenas foi traduzida para o português muito recentemente, em 2004. Cabe ressaltar que a diversidade de posições sempre caracterizou o campo do restauro e, conseqüentemente, das intervenções em edificações de valor patrimonial. Desde a consolidação do restauro enquanto disciplina no século XIX até os dias atuais, é possível identificar fervorosos defensores de posturas que vão desde a repriminção até a total ruptura entre preexistência e novas inserções. Dentro deste contexto, propomos aqui a reflexão acerca das seguintes questões: A decisão por reconstruções miméticas na prática contemporânea brasileira é resultado de uma argumentação teórica e técnica no sentido de defender esta como uma das posturas possíveis de intervenção? Ou trata-se da continuidade de uma prática entranhada desde as primeiras práticas preservacionistas do SPHAN?

PALAVRAS-CHAVE: posturas intervencionistas, repriminção, conservação.

ABSTRACT

In the Brazilian federal organ of preservation, the IPHAN, there is a consolidated practice, still based on the so-called “return to the original”, characteristic of the 80’s and that has been criticized by several subsequent theoretical contributions. In spite of being a pioneer in Latin America, when it was founded in the 30’s, one can notice the coincidence between the so-called “heroic phase” (1937-1967) of that federal organ of patrimonial preservation, when its institutional practices get consolidated, and the vacuum between the publication of international recommendations in the ambit of preservation (The Letters of Athens, of 1931 and 1933 and the Recommendation of New Delhi only in 1956). Moreover, Cesare Brandi’s Theory of Restoration, dated 1963, was translated to Portuguese only recently, in 2004. It is worth highlighting the fact that the diversity of standpoints has always characterized the field of restoration and, consequently, the interventions in buildings of patrimonial value. Since the consolidation of restoration as a discipline in the XIX century until today, it is possible to identify defenders of postures which go from the mimetic reconstructions to the total rupture between pre-existence and new insertions. Within this context, we propose a reflection about the following questions: a) is the option for mimetic reconstructions in the contemporary Brazilian practice the result of theoretical and technical argumentation which defend that as one of the possible intervention postures? Or is it only the continuity of deeply rooted practices which date back to the early days of SPHAN?

KEY-WORDS: interventionist postures, mimetic reconstructions, conservation.



RESUMEN

En el contexto brasileño, hay una práctica establecida en el cuerpo de preservación federal, el actual IPHAN, que todavía se basa en el supuesto "retorno a la original", la visión del siglo XIX más tarde criticada por varias contribuciones teóricas. Pese a que este organismo federal de preservación del patrimonio fue creado de forma pionera en Latinoamérica, aún en los años 30, se observa la coincidencia entre su llamada "fase heroica" (1937-1967), donde la consolidación de sus prácticas institucionales, con el vacío entre las publicaciones de las recomendaciones internacionales para la preservación (Cartas de Atenas de 1931 y 1933 y la Recomendación de Nueva Delhi solo en 1956). Además, la teoría de la Restauración de Cesare Brandi, datada en 1963, sólo fue traducida al portugués hace muy poco tiempo, en 2004. Es importante tener en cuenta que el rubro de la restauración siempre se caracterizó por la diversidad de las posiciones y, por lo tanto, de las intervenciones en edificios de valor patrimonial. Desde la consolidación de la restauración como una disciplina en el siglo XIX hasta la actualidad, es posible identificar férreos defensores de posturas que van desde el restablecimiento hasta la total ruptura entre preexistentes y nuevas inserciones. Dentro de este contexto, se propone una reflexión sobre las siguientes cuestiones: ¿La decisión de la reconstrucción mimética en la práctica contemporánea de Brasil es producto de argumentos técnicos y teóricos con el fin de defender a este como una posible postura de intervención? ¿O es la continuación de una práctica arraigada desde las primeras prácticas preservacionistas del SPHAN?

PALABRAS-CLAVE: *posturas intervencionistas, restablecimiento, la conservación.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo dá continuidade a reflexões sobre o caráter arquitetural de intervenções em edificações de valor patrimonial que remontam o início do desenvolvimento da tese de doutorado da autora, em 2002, na área de Conservação Integrada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Aqui, relacionaremos esta reflexão com prática institucionalizada no Brasil já que esta última questão tem sido objeto de atenção nas últimas publicações da autora. Mais especificamente, retomaremos questões levantadas em dois artigos recentemente desenvolvidos (2012 e 2013), em parceria com colegas da UFRN¹ que tratam, respectivamente, da relação desta prática com posturas teóricas desenvolvidas no campo da restauração e conservação (em especial as contribuições do italiano Cesare Brandi e espanhol Salvador Muñoz-Vinas) e de exemplos de práticas intervencionistas no Rio Grande do Norte observando sua relação com as correntes italianas contemporâneas.

Decorrente destas últimas reflexões, algumas questões se sobressaíram e permanecem causando grande inquietação em minhas pesquisas: como se relacionam o necessário reconhecimento dos valores imateriais e intangíveis do patrimônio com as práticas mais atuais de intervenção sobre preexistências de valor patrimonial? A decisão por reconstruções e restituições a um determinado momento eleito como de maior valor artístico na prática contemporânea brasileira é resultado de uma argumentação teórica e técnica no sentido de defender esta como uma das posturas possíveis de intervenção? Ou trata-se da continuidade de uma prática entranhada desde as primeiras práticas preservacionistas do SPHAN? Não pretendemos aqui esgotar tais questões, mas sim dar continuidade a reflexões que entendemos como de grande importância para uma leitura crítica e consolidação de práticas teoricamente embasadas.

1. POSTURAS CONTEMPORÂNEAS DE INTERVENÇÃO EM EDIFICAÇÕES DE VALOR PATRIMONIAL

O debate acerca da intervenção no patrimônio edificado aponta a existência de grupos com posturas bastante distintas, onde se destacam desde profissionais que defendem veementemente o princípio da distinguibilidade a grupos que permanecem na defesa de uma visão repriminadora e oitocentista de restauro.

Analisando o contexto italiano contemporâneo, onde há, historicamente arraigada, uma aproximação entre prática intervencionista e reflexões teóricas, Kuhl (2009, p. 81-88) identifica três principais posturas de atuação denominadas por Carbonara como: a “*crítico-conservativa e criativa*” que se fundamenta fortemente no restauro crítico e teoria brandiana, a “*pura conservação*” ou “*conservação integral*” onde a instância histórica é privilegiada e, finalmente, a “*manutenção-repriminadora*” onde se retomam formas e técnicas do passado para superar o “estado fragmentário do bem”.

¹ O primeiro foi desenvolvido em co-autoria com o professor José Clewton do Nascimento parceiro constante na reflexão acerca da preservação patrimonial através de pesquisas e disciplinas ministradas em conjunto no PPGAU-UFRN e fez parte de Simpósio Temático sobre o tema, coordenado pela autora, no 2º Enanparq (VIEIRA e NASCIMENTO, 2012). O segundo foi desenvolvido em parceria com dois orientandos de mestrado, sendo um deles do mestrado acadêmico e o outro do mestrado profissional e apresentado no 6º Projetar (VIEIRA, MARANHÃO e VIEIRA, 2013).

Cabe aqui ressaltar que esta diversidade de posições sempre caracterizou o campo do restauro, desde a sua constituição enquanto disciplina no século XIX. Entretanto, também chama atenção o fato de que, as duas primeiras posturas identificadas na prática italiana atual (“crítico-conservativa e criativa” e “conservação integral”), possuem vários pontos em comum, entre os quais: a defesa do princípio da distinguibilidade e oposição veemente a atos de repriminção. Obviamente que ambas as posturas entendem que apenas o atendimento ao princípio da distinguibilidade não garante qualidade arquitetônica a nenhuma intervenção (VIEIRA, MARANHÃO e VIEIRA, 2013).

Apesar da “conservação integral” entender que o momento da conservação deve ser separado do momento da inovação, ou seja, após a conservação do pré-existente, passa-se a fase do projeto que se constitui em um “novo projeto” onde a liberdade criativa possui grande espaço, nas palavras do Marco Dezzi Bardeschi, um dos mais importantes representantes desta postura, este novo projeto considera essa pré-existência: **“um projeto do novo compatível mas não mimético, isto é respeitoso, dialeticamente consciente e, ao mesmo tempo, declaradamente legível e autônomo.”** (BARDESCHI apud KÜHL, 2008, p. 85 – grifo nosso). Este tipo de afirmação demonstra também uma aproximação as correntes “crítico-conservativa e criativa” e “conservação integral”.

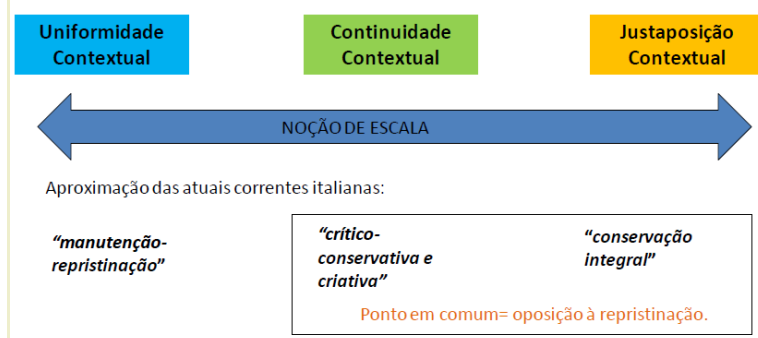
As noções de “justaposição contextual” e “uniformidade contextual”, primeiramente propostas por Richard Rogers (ROGERS, 1998 apud TIESDELL, OC, HEATH, 1996) e posteriormente desenvolvidas e ampliadas por Tiesdell, Oc e Heath (1996), ao incorporarem também a ideia de uma postura intermediária entre ambas, a de “continuidade contextual”, são bastante representativas do leque de opções que se colocam e sobre as quais se desenvolvem eloquentes discursos teóricos a respeito das possibilidades de intervenção sobre a preexistência de valor patrimonial. Esta representatividade se torna ainda maior se entendermos estas noções não de forma estanque, mas no sentido de uma escala de gradação que pode ir do extremo da justaposição até o extremo oposto da uniformidade (ver Figura 01).²

Andrade Júnior (2013a) também apresenta, a partir da leitura de publicações recentes (de 2006 a 2011) de vários autores do campo da conservação/intervenção, esta pluralidade de posturas intervencionistas que caracteriza a prática do projeto sobre preexistências de valor patrimonial. Os autores destacados por Andrade Júnior também apresentam, utilizando outros termos, uma noção de escala que se aproxima da abaixo apresentada na Figura 01. O que nos parece importante, seja qual for a postura adotada, é a necessidade de reflexão e

² A autora passou a incorporar este referencial, desde 2002, em suas aulas na graduação de Arquitetura e Urbanismo, pois estas noções foram trabalhadas, primeiramente, durante o desenvolvimento da tese de doutorado iniciada em 2002, defendida em 2006 e publicada como livro em 2008 (VIEIRA, 2008). Nesta reflexão, fizemos uma associação entre as noções de justaposição, continuidade, uniformidade contextual com os conceitos de autenticidade e integridade. Parte desta reflexão foi apresentada e publicada em 2008 nos Anais do ARQUIMEMÓRIA 3 (Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado) que aconteceu em Salvador (VIEIRA, 2008). Temos trabalhado em vários artigos com o conceito de autenticidade, porém, vale salientar, que este NÃO é compreendido como sinônimo de “original”, como vem sendo paulatina e erroneamente associado em muitos textos. Inclusive muitas das declarações de “superação” e caducidade do conceito de autenticidade estão relacionadas a esta leitura limitada que o relaciona com a questão da “originalidade” (MUÑOZ-VIÑAS, 2005; PEREIRA, 2011; PELLEGRINI, 2013). Sobre este aspecto, ver, especificamente, as considerações finais de Vieira e Nascimento, 2012. Várias discussões mais recentes sobre o conceito de autenticidade tratam de sua complexificação, relação do conceito com aspectos imateriais e com a cultura de cada lugar (SILVA, 2012; STOVEL, 2007; JOKILEHTO, 2006; LARSEN, 1994).

conhecimento sobre todas as opções que se colocam para o desenvolvimento de uma proposta embasada e coerente. Em qualquer situação, o conhecimento profundo sobre o bem em que se deseja intervir e a adoção de procedimentos metodológicos claros são condições primeiras para o alcance de um resultado de qualidade.

Figura 01: Noção de escala entre as posturas intervencionistas propostas por Tiesdell, Oc e Heath, 1996.



Fonte: Esquema elaborado pela autora.

Saliente-se que a pluralidade acima comentada deve levar em conta a complexificação da abordagem acerca do que hoje é compreendido como objeto de valor patrimonial, como bem cultural. O reconhecimento de que, ao tratar de preservação patrimonial, estamos lidando com algo que transcende a materialidade do objeto, sendo os aspectos e valores imateriais tão ou mais importantes que a questão da matéria em si. Ao falar de imaterialidade, de valores intangíveis, necessariamente estamos falando de como as pessoas se reconhecem em determinado bem cultural e de como cada indivíduo atribui um valor específico a este bem.

O conceito de “intersubjetividade”, contribuição do espanhol Salvador Muñoz-Viñas (2005), que parte do princípio de que é indispensável a negociação/relação entre diferentes subjetividades de atores diversos envolvidos no processo de conservação, é bastante útil para que se tenha atenção aos aspectos que vão além do saber especializado. Esta contribuição deve ser entendida a partir da compreensão de valores tangíveis e intangíveis, patrimônio material e imaterial, não como coisas distintas, mas como os dois lados de uma mesma moeda (VIEIRA e NASCIMENTO, 2012, p. 8).

Entretanto, o necessário, urgente e inadiável reconhecimento dos aspectos imateriais tem feito ressurgir, agora com ares revolucionários, uma preocupante febre reconstitutiva.³ A participação popular é essencial ao processo de conservação, porém, como a população pode

³ Reconstruções sempre aconteceram, não é uma novidade. Porém, casos como o da Igreja Frauenkirche Dresden (Nossa Senhora de Dresden), em Dresden-Alemanha, em ruínas desde que foi bombardeada em 1945 e reconstruída entre 1994 e 2000, chamam a atenção pelo processo desencadeado em consequência dessa reconstrução. Perdas em consequência de grandes desastres que interferem na identidade de determinado povo são uma das justificativas que autorizam a realização de reconstruções. Entretanto, após a reconstrução da Igreja, passou-se a reconstruir todo o casario ao seu redor, vale salientar que isto aconteceu mais de 50 anos após o bombardeio, ou seja, já havia uma nova identidade construída e um novo contexto consolidado. As ruínas da Igreja ainda permaneciam em seu lugar e por isso faziam parte deste novo contexto. Apesar da reconstrução da igreja não ser a postura que esta autora defenderia, ela era uma possibilidade. Entretanto a reconstrução de todo um entorno após 50 anos e já readequado a esta nova situação, não é possível de se compreender. Na verdade o que se observa é a criação de um gigantesco cenário cujos interesses passam pela movimentação econômica em torno deste. Falaremos mais adiante sobre a “cidade atração”.

desejar algo diferente de uma reconstrução, se esta, leiga no assunto, não conhece outras formas de intervenção? Este é nosso papel técnico e não podemos deles nos furtar.

É comum se dizer que existe uma posição dominante entre técnicos que condena a prática reconstrutiva a partir do argumento de que estas criam falsos históricos e pastiches sem valor patrimonial (PELLEGRINI, 2013; ANDRADE JÚNIOR, 2013b). Será mesmo esta a posição dominante? Talvez essa seja uma postura dominante no debate acadêmico. Na verdade, o que temos observado, especialmente na prática institucionalizada pelo órgão federal de preservação brasileiro, é uma pré-disposição bastante forte para a adoção de princípios de reconstrução e/ou reconstituição de uma determinada feição eleita como de maior valor patrimonial por parte de técnicos, espalhados por todo o território nacional. Como vimos acima, esta é uma das possíveis posturas intervencionistas que compõe o universo plural de opções a serem adotadas. O que nos incomoda são: a recorrência e predominância desta postura na prática de instituições de preservação e a aparente falta de discussão teórico-metodológica sobre outras soluções possíveis. Detalharemos este aspecto nos próximos itens.⁴

2. A PRÁTICA BRASILEIRA INSTITUCIONALIZADA

No âmbito brasileiro, existe uma prática consolidada no órgão de preservação federal, o atual IPHAN, que ainda se baseia no suposto “retorno ao original”, visão oitocentista criticada por diversas contribuições teóricas posteriores (VIEIRA e NASCIMENTO, 2012).

Cavalcanti (2012, p. 72), ressalta que, se por um lado o órgão federal de preservação patrimonial, o então SPHAN, foi criado de forma pioneira na América Latina (década de 30), por outro lado, observa-se a coincidência entre a chamada “fase heroica” (1937-1967), onde se consolidam as práticas institucionais do órgão, com o vácuo entre as publicações de recomendações internacionais no âmbito da preservação (as Cartas de Atenas, de 1931 e 1933 e a Recomendação de Nova Delhi apenas em 1956). Além disso, a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, que data de 1963, apenas foi traduzida para o português muito recentemente, em 2004.

Paulo Ormino de Azevedo (2003) também já havia destacado o isolamento do SPHAN do resto do mundo até a década de 60. A importância do depoimento de Azevedo é reforçada pelo seu papel ativo como protagonista na prática preservacionista brasileira desde a década de 60.

No Brasil, a prática do restauro seria recriada a partir da década de 40 na sede carioca do SPHAN, nas diretorias regionais do órgão, com arquitetos como Lúcio Costa, Alcides da Rocha Miranda, Luis Saia, Renato Soeiro, Sylvio Vasconcellos, Ayrton de Carvalho, e nos canteiros de restauração. Trata-se de recriação porque, nesse campo, estávamos praticamente isolados do mundo, pela ausência de canais de comunicação, que só se abriram na década de 60, com a divulgação da Carta de Veneza, a fundação do ICOMOS Internacional e com as primeiras missões da UNESCO no país (AZEVEDO, 2003).

⁴ Em vários artigos anteriores a autora se coloca claramente entre os pesquisadores que defendem uma atuação projetual que se fundamenta nas argumentações propostas pela vertente “crítico-conservativa”. Entretanto, no presente artigo não se deseja entrar nesta discussão sobre a pertinência ou não desta ou daquela postura. O que queremos deixar claro aqui é que, apesar de entendermos que esta pluralidade faz parte do campo, isso não significa que não temos o dever de acompanhar as discussões teóricas que se colocam no sentido de avaliar a pertinência das decisões tomadas. É preciso conhecer e adotar uma postura de forma consciente e embasada.

Corroborando essa afirmação Silva e Almeida (2013, p. 10) observam este fato em Minas Gerais através da análise de processos de intervenção na cidade de Sabará **entre os anos 40 e 70** e concluem que “o IPHAN entende a arquitetura em harmonia como aquela que se insere utilizando a **imitação como princípio de relação com a preexistência**” (grifo nosso). As autoras continuam: “Esse posicionamento contradiz claramente as indicações presentes em diferentes documentos orientadores da prática preservacionista em nível internacional, como as cartas patrimoniais”. Também comentando a política oficial do IPHAN nas suas primeiras décadas de atuação, Andrade Júnior (2006) coloca esta mesma preocupação:

No Brasil, de uma maneira geral, a **arquitetura de pastiche** representou, a partir dos anos 1940 e até pelo menos o final dos 1960, uma espécie de política oficial do IPHAN para intervenções em conjuntos históricos urbanos. Como nos informa Lia Motta (1987), enquanto nos primeiros anos o IPHAN defendia a construção de uma arquitetura que atendesse apenas em linhas gerais à estrutura urbana em que se inseria, estas diretrizes foram se modificando a ponto de se exigir verdadeiros falsos históricos, no que ficou conhecido como “estilo patrimônio” – uma arquitetura “falsa em relação ao passado e ao presente, sem ter personalidade nem marca cultural” (MOTTA, 1987:116) (ANDRADE JÚNIOR, 2006, p. 313 e 314 – grifos da autora).⁵

Ao longo dos quase 80 anos de período de atuação, as ações empreendidas pelo IPHAN defendem uma mudança nas abordagens conceituais, passando da percepção das cidades históricas como *Monumento* – onde prevalecia a noção de artefato de notoriedade sob o ponto de vista artístico – para a identificação da cidade como *Documento* – testemunho de uma civilização particular que indique uma evolução significativa, sendo tratada como *acontecimento histórico*. A *cidade-documento* se apresenta, portanto, como testemunho material da(s) história(s) da sociedade – do povo – brasileiro. Mais recentemente observamos a emergência da “cidade- atração” que está inserido no contexto de exploração econômica e imagética das áreas de valor patrimonial (SANT’ANNA, 1995; SANT’ANNA, 2004).

Não apenas a nível nacional, o que temos observado é a ampliação da noção de patrimônio que vai tornando-se paulatinamente mais inclusiva abarcando todos os “objetos culturalmente significativos”. A percepção da “cultura” em seu sentido antropológico amplo, considerando-a como um “conjunto de crenças, valores, conhecimento e usos de um grupo social” que “inclui manifestações do dia-a-dia de qualquer grupo social” (MUÑOZ VIÑAS, 2005, p. 55 – tradução da autora). Apesar do órgão federal brasileiro permanecer com a denominação de “Instituto do **Patrimônio Histórico e Artístico** Nacional”, representando a visão constituída acerca do patrimônio quando da sua criação na década de 30, o termo que melhor representa o entendimento atual é o de **Patrimônio Cultural**. Dentro desta visão ampliada estariam contempladas as manifestações culturais e todo o patrimônio material e imaterial.

Esta ampliação e transformação de abordagem conceitual, entretanto, não parece ter atingido às reflexões e práticas acerca da prática intervencionista sobre o patrimônio edificado. Abordagens como a “crítico-conservativa” e “conservação integral”, acima comentadas, que se aproximam ao destacarem a importância do princípio da distinguibilidade como atitude projetual, parecem não ter muito espaço na prática brasileira institucional. Neste sentido, Vieira e Nascimento (2012) observam:

(...) apesar da ampliação das abordagens conceituais, que evidenciam novas orientações acerca dos aspectos relacionados à definição de “sítio histórico” a ser preservado, quanto à prática intervencionista

⁵ Para Andrade Júnior (2006, p. 310 – grifos nossos): “(...) a abordagem que denominamos de **arquitetura do pastiche** corresponde às intervenções realizadas **sem nenhuma criatividade**, onde o arquiteto se limita à **imitação da linguagem arquitetônica das preexistências ao projetar um “novo” edifício** ou mesmo propõe a **reconstrução de uma construção desaparecida**.”

atual, o que identificamos é a continuidade de algumas práticas que foram estabelecidas no período de consolidação do IPHAN no Brasil, e que criaram bases "sólidas" na forma de intervir (tradição?). Uma significativa parcela de intervenções urbanas e arquitetônicas realizadas nos sítios históricos sob proteção no âmbito federal patrimonial no Brasil, estão pautadas em uma representação constituída de que este patrimônio é tratado como uma "reliquia", onde ainda prevalece a visão de que é necessário garantir a sua "feição primitiva", sua "identidade" a partir, predominantemente, da afirmação de seus aspectos formais, definidos como elementos caracterizadores de uma determinada época e determinado lugar.

A partir dessas considerações, começamos a nos perguntar se este período inicial de atuação do SPHAN, distante da discussão internacional mais ampla, não é o responsável pela consolidação das práticas institucionais ainda vigentes que se voltam à adoção de uma postura próxima à italiana "*manutenção-repristinação*".

Será a adoção deste tipo de postura uma tomada de decisão consciente frente às possibilidades intervencionistas que se colocam na contemporaneidade? Diante de um ambiente institucional forjado dentro de uma perspectiva de "identidade nacional" fortemente ancorada na perspectiva modernista de valorização do período colonial em detrimento de feições estéticas entendidas como "europeizadas" características da virada do século XIX para o XX, continuamos a identificar recorrentes casos de reconstituição de uma imagem colonial, como observaremos nos casos exemplificados no próximo item.

3. UM ÓRGÃO DE PRESERVAÇÃO, TRÊS IGREJAS, DÉCADAS DE DISTÂNCIA: SOLUÇÕES RESTAURATIVAS DIFERENCIADAS?

Ilustrando a reflexão que aqui se propõe, selecionamos três exemplos de edificações religiosas construídas durante o período colonial e que sofreram intervenções restaurativas conduzidas ou acompanhadas pelas respectivas superintendências regionais do IPHAN. Trata-se de casos de restaurações realizadas em diferentes períodos, sendo o primeiro deles ainda da década de 70, o segundo na década de 90 e o terceiro bastante recente, realizado na década atual (iniciado em 2007 e ainda em fase de conclusão). Estamos falando da Igreja de São Salvador em Olinda, popularmente conhecida como Igreja da Sé; da Igreja Nossa Senhora da Apresentação, a Igreja Matriz de Natal e, finalmente, o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro.

Não sendo possível dentro do espaço deste artigo apresentar uma análise detalhada sobre os citados casos, apresentaremos aqui as linhas gerais que conduzem as intervenções restaurativas propostas, concentrando a nossa observação nas transformações propostas para as fachadas das igrejas.

Igreja de São Salvador, a Igreja da Sé de Olinda

A Igreja de São Salvador foi primeiramente construída por volta de 1530. Com a invasão holandesa, em 1631, por ocasião do devastador incêndio sofrido por grande parte da cidade de Olinda, a Igreja da Sé será totalmente arruinada. A primeira imagem que se tem registro dela é exatamente através de uma pintura de Franz Post de 1662 que registra as ruínas da Igreja da Sé.⁶ A Igreja será reconstruída na segunda metade do século XVII e chega ao início do século XX com a feição que se apresenta na Figura 02, parte do acervo da pela Fundação do

⁶ Imagem disponível na internet em diversos sites. http://pt.wikipedia.org/wiki/Catedral_S%C3%A9_de_Olinda

Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), órgão de preservação estadual em Pernambuco.

Durante o século XX o templo sofrerá duas grandes intervenções: a primeira em 1911 e a segunda na década de 30. Em 1911, quando da elevação da Diocese a Arquidiocese, o bispo dom Luiz Raimundo da Silva Brito, está à frente da solicitação da remodelação realizada pelo arquiteto Rodolfo Lima (obras de 1911 a 1919) que leva à igreja ao estilo neogótico. Em 1930, sob o governo de dom Miguel de Lima Valverde, uma nova e radical intervenção é realizada e a igreja é novamente modificada, dessa vez para o estilo neobarroco (ver Figura 03).

Figura 02: Igreja da Sé no início do século XX.



Fonte: Acervo FUNDARPE.

Figura 03: Igreja da Sé e suas fases- no início séc. XX, a intervenção neobarroca, intervenção neogótica e restauração nos anos 70.



Fonte: Fotografia retirada pela autora de imagens que permaneciam em exposição no interior da Igreja da Sé até poucos anos atrás.

Exaustiva pesquisa histórica e trabalho de prospecção serão realizados pelo professor José Luiz da Mota Menezes a partir de 1967, por solicitação do Padre Marcelo Carvalheira e sob a orientação da Diretoria do Patrimônio da Fundarpe. São rastreados pelo pesquisador relatos, gravuras, pinturas, correspondência entre párocos, benfeitorias realizadas por bispos responsáveis pelo templo durante o período em que por ela eram responsáveis, etc. Tal pesquisa será utilizada para a realização de um trabalho acadêmico onde o professor se questiona sobre a possibilidade de restaurar a igreja e coloca como princípio a busca de resgate a feição conhecida no início do século XX, conforme apresentada na Figura 02 acima. A partir de 1974, terá início o processo restaurativo da igreja que será realizado no bojo do Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas, o PCH, pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) com o acompanhamento do IPHAN. O projeto desenvolvido pelo professor José Luiz da Mota Menezes será o ponto de partida para esta restauração e este será o arquiteto responsável pelo processo de restauro desencadeado. Segundo pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco, esta restauração “restituiu o estilo arquitetônico primitivo do templo.”⁷ Na verdade, o resultado final a que se chega não corresponde à proposta primeira do arquiteto.⁸

Figura 04: Igreja após o projeto de restauração realizado na década de 70.



Fonte: Foto de Natália Vieira, 2013.

Chama atenção neste caso o fato de que o resultado final alcançado para a fachada da igreja não se tratar nem da conservação da feição encontrada quando do início de seu trabalho de restauração (neobarroca), nem da situação tomada como base para o início do projeto de restauração (figura 02), constituindo-se assim numa nova criação da década de 70. Uma

⁷ <http://semiraadlervainsencher.blogspot.com.br/2009/05/se-de-olinda-pernambuco.html>

⁸ O professor José Luiz da Mota Menezes está finalizando a elaboração de uma publicação onde o mesmo detalha todo o processo de restauração e a maneira como as decisões foram tomadas. Destacando os momentos de dúvidas e divergências entre os envolvidos no processo (o próprio arquiteto, o IPHAN e a Fundarpe), o arquiteto ressalta os desafios enfrentados e as dificuldades em tomar estas decisões naquele momento. Este material nos foi gentilmente disponibilizado para consulta pelo arquiteto mas não poderá ser aqui explorado pois ainda encontra-se em fase de edição para ser publicado em breve.

análise mais detalhada sobre esse processo de tomada de decisão só será possível após a publicação de algum material por parte do autor do projeto.

Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, a Igreja Matriz de Natal/RN⁹

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação ou Catedral Velha como é conhecida, localiza-se na Praça André de Albuquerque, Cidade Alta, local de fundação da cidade do Natal/RN. Construída no mesmo local da primitiva capela, edificada no século XVII, nos primeiros anos da colonização do Rio Grande Norte. No decorrer dos séculos foram realizadas várias transformações na Igreja. Para Albuquerque; Barreto e Moura (1995):

Tais intervenções **deturparam fortemente a singeleza da sua volumetria original, que foi perfeitamente identificada nas prospecções**, através de acréscimos em materiais construtivos, facilmente identificáveis como não pertencentes às feições dos séculos XVII, XVIII e primeira metade do século XIX. (ALBUQUERQUE; BARRETO e MOURA, 1995, p. 5)

Entre os acréscimos considerados espúrios, os referidos autores destacam o acréscimo dos altares laterais de alvenaria em estilo neogótico, os arcos ogivais na fachada principal, e a platibanda com elementos ecléticos que arrematava a cobertura (Figura 05). Para os autores, “A construção tinha sofrido no final do século passado e início deste, algumas intervenções que lhe davam uma **leitura desconexa e da má qualidade estilística**” (ALBUQUERQUE; BARRETO e MOURA, 1995, p. 4).

A partir da solicitação para a restauração da igreja, em 1991, iniciou-se uma intensa pesquisa histórica e prospecções arqueológicas que pretendiam “nortear o resgate da identidade do prédio, ora tão mutilado por pastiches arquitetônicos dos séculos passado e atual” (ALBUQUERQUE; BARRETO e MOURA, 1995, p. 4).

A determinação desse **tempo que se deseja para o edifício**, base fundamental para o projeto realizado, **está coerente com o que se entende a respeito de restauração**. A importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, um das poucas do Brasil, erguida no início do século XVII, foi determinante maior e a meta desejada pelos responsáveis pelo projeto. Baseado nesse princípio optou-se **por retirar os elementos que descaracterizavam a feição original do prédio [...]**. (ALBUQUERQUE; BARRETO e MOURA, 1995, p. 8).

Figura 05: Igreja antes do projeto de restauração, 1990.



Fonte: Acervo Fundação José Augusto, 1990.

⁹ Este caso de restauração já foi anteriormente apresentado em Vieira, Maranhão e Vieira (2013) e será aqui representado por ser fundamental para construção do presente argumento.

Foram removidos todos os elementos ecléticos (Figuras 06 a 09), que segundo a equipe do projeto prejudicavam a edificação no “seu traço mais importante, que é a singeleza de um grande templo de fortes características peculiares da arquitetura religiosa do início do período colonial” (ALBUQUERQUE; BARRETO e MOURA, 1995, p. 11).

Figuras 06 e 07: O antes e o depois da Igreja, de volta ao “original” eleito pelos restauradores.



Fonte: Acervo do Memorial Câmara Cascudo e Foto de Monique Lessa Vieira, julho de 2013.

Figuras 08 e 09: Igreja já restaurada, de volta ao “original” eleito pelos restauradores.



Fonte: Fotos de Monique Lessa Vieira, julho de 2013.

Convento de Santo Antônio – Rio de Janeiro

O Convento de Santo Antônio, localizado no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, foi também construído no século XVII e tombado pelo IPHAN em 1938. Além de ser um dos cartões postais da cidade, o convento é bastante utilizado pela população por conta dos serviços religiosos prestados pelos frades da Ordem dos Frades Menores da Província da Imaculada Conceição. O compromisso dos frades para com a comunidade fez com que os mesmos não admitissem deixar o convento para a realização dos trabalhos de restauração que se iniciaram em 2007. Os religiosos vem se adequando e ocupando os espaços já restaurados enquanto o processo não se conclui.¹⁰

A restauração está sendo realizada pelo Centro de Projetos Culturais (Cepac), sob supervisão do IPHAN.¹¹ Em recente artigo publicado por um dos arquitetos responsáveis pelo projeto

¹⁰ Informações constantes no site do Convento de Santo Antônio onde se percebe como o mesmo é bastante ativo na vida religiosa da cidade: <http://conventosantoantonio.org.br/convento-santo-antonio-reabre-com-19-celas.html>

¹¹ <http://oglobo.globo.com/rio/historia-emparedada-no-convento-de-santo-antonio-5146715>

(COELHO, 2014), argumenta-se que o processo, classificado pelo autor como de “restauração e revitalização”, está ancorado em bases teóricas contemporâneas e faz referência a conceitos e definições brandianas como “unidade potencial” e “momento metodológico de reconhecimento da obra de arte”.¹² Apesar de destacar que:

A restauração de um bem cultural **não busca “retorná-lo” a uma determinada época ou determinado “estilo” ou ciclo arquitetônico**. Tem por objetivo avaliar todas as suas intervenções e julgar o significado de cada uma delas no contexto cultural em que foram realizadas. O restauro está ancorado na integração cultural dessas intervenções, **sem preconceitos de ordem estética, nem avaliações de natureza histórica**.

O artigo também reforça, em diversos trechos, a “busca pelo original” como diretriz central do projeto de restauração: “(...) propostas que resgatem os espaços arquitetônicos originais (...)”; “(...) buscando seu aspecto original (...)”; “(...) deverá perseguir os traços originais do bem cultural (...)”; “(...) conduzido com o mais profundo respeito aos traços originais do monumento (...)”; “Todas as pavimentações deverão ser restauradas de acordo com suas formas originais” (COELHO, 2014, p. 2;3;17). Permanece assim em aberto a pergunta: qual é “o original” definido pelo autor? Não é este exatamente o desejo de “retornar” a uma determinada época?

Ainda segundo Coelho (2014 – grifos nossos):

Seguindo os princípios internacionais contemporâneos de preservação de bens culturais, este projeto assume propostas **que resgatem os espaços arquitetônicos originais**, bem como **preservam as diversas intervenções realizadas na edificação que tenham tido singular significação em seu contexto cultural**.

A partir dessa afirmação, o artigo passa a avaliar as intervenções sofridas pelo bem para determinar quais são as que merecem ser preservadas. Sobre a fachada Coelho (2014, p. 5) informa:

A fachada primitiva da Igreja foi modificada entre 1920-1923, quando das intervenções realizadas pelos frades alemães, sob a direção do arquiteto Frei Feliciano Schlag. **Tais intervenções podem ser consideradas mais desastrosas para a integridade física e estética do conjunto arquitetônico**. A alteração da fachada principal foi realizada **totalmente sem compromisso com os valores estéticos e históricos desse monumento** que durante três séculos manteve o frontispício de sua fábrica original.

(...) A atual fachada era resultante das obras realizadas pelo Iphan, em 1953, tendo a Igreja seu frontispício modificado – “simplificado”, sendo retirada a decoração aposta pelos alemães, de gosto “pseudo-neocolonial”, que modificara a fachada original de 1779. A direção das obras esteve a cargo dos arquitetos Lucio Costa e Orlando Reis.

Finalmente, o autor conclui:

Atualmente, em que se procuraram soluções para a realização de uma intervenção que recuperasse a **legítima identidade da Igreja**, nem a grande modificação realizada pelos frades alemães, nem a contemporização estética realizada em 1953, atende como intervenção de restauração. **A única restauração possível deveria buscar a fachada que perdurou de 1779 a 1920** (COELHO, 2014, p.7).

Assim, os responsáveis pela restauração informam que a maioria das reformas sofridas pela edificação ocorreu no início do século XIX, durante a ocupação militar no complexo (1885 e 1901) e as primeiras décadas que se seguiram a ela, sob a administração do grupo de freis alemães. As intervenções desse período são consideradas no projeto atual como “totalmente extemporâneas” por terem reproduzido “apenas o gosto pessoal do frade arquiteto alemão, Frei Schlag, descartando qualquer compromisso com a história da arte e a história cultural, cujos valores impregnados no monumento conseguiram atravessar, incólumes, três séculos até então”. Não seria o compromisso estético da intervenção da década de 20 firmado com o

¹² Apesar disso, entre as referências bibliográficas do referido artigo encontram-se apenas referências voltadas à pesquisa histórica e nenhuma sobre a questão restaurativa.

gosto historicista daquele momento, mais do que apenas resultado de gosto pessoal de determinado frei? Fica claro aqui que existe sim uma avaliação de natureza histórica.¹³

A imagem que segue apresenta o conjunto ainda com a feição anterior à proposta de recomposição da atual restauração (ver Figura 10).

Figura 10: Covento de Santo Antônio em processo de restauro –percebe-se a atual feição da fachada da igreja.



Fonte: Natália Vieira, janeiro de 2012.

Embora desastrosas, as intervenções dos alemães, de certa forma, também preservaram a obra original. A “preservação” aconteceu por conta de as obras dos “alemães” apenas esconderem a construção original, com pinturas sobre pinturas ou detalhes arquitetônicos “emparedados”. Foi assim que se descobriu agora como era o frontão (a forma triangular que ornamenta topo de fachadas) original, registrado numa foto de Marc Ferrez (1843-1923), que já pode ser visto do Largo da Carioca. — É um frontão que o Rio não vê desde 1924 — orgulha-se o arquiteto.¹⁴

Figura 11: Covento de Santo Antônio em processo de restauro –colocação de uma espécie de banner que informa a feição da fachada da igreja após a restauração em curso.



Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/historia-emparedada-no-convento-de-santo-antonio-5146715#ixzz38FzORYaZ>.

¹³ <http://oglobo.globo.com/rio/um-tijucano-que-reconstrui-historia-5231278#ixzz38gMuM0rx>

¹⁴ Idem.

Felipe Borel, um dos arquitetos do projeto de restauração, continua informando:

Na entrada, encontramos ainda dois dos arcos que compunham a fachada original e um grande arco no lado esquerdo que era da galilé, espécie de varanda que fazia transição entre as áreas externa e interna da igreja. Com essas descobertas, **poderemos devolver a fachada que a igreja tinha quando sua obra foi concluída, em 1628.**¹⁵

A intenção de retorno às “formas originais do século XVII” tem sido registrada em diversas matérias sobre o caso:

(...) Para isso, parte **da fachada da Igreja de Santo Antônio será cortada, recuperando os contornos originais. Janelas serão reduzidas, paredes derrubadas**, entre outras intervenções, **para que tudo fique igual ao passado.** (...) O exterior da igreja, com **seu antigo frontão triangular e uma janela circular aberta para dentro do templo será reconstituído. Os adornos vistos hoje na parte superior serão removidos assim com os vitrais alemães.** As três janelas da fachada, aumentadas e modificadas no passado, ganharão seu tamanho e características do período colonial (LIMA, 2012).

4. CONSCIÊNCIA TÉCNICA EM PROL DA REPRISTINAÇÃO? O IMATERIAL COMO JUSTIFICATIVA À PERPETUAÇÃO DE PRÁTICAS DE RECONSTRUÇÕES MIMÉTICAS?

Após a rápida apresentação destes três casos restaurativos que, apesar de realizados em décadas diversas, apresentam resultados formais que se assemelham na eleição de um momento/estado anterior como objetivo a ser perseguido pela restauração, permanece aberta a questão: Será que podemos considerar a adoção da repristinação em todos esses casos como opção consciente diante das outras possibilidades de abordagens sobre a preexistência de valor patrimonial?

Que a restauração da Igreja da Sé, realizada ainda na década de 70, ou seja, num período onde a reflexão sobre a questão patrimonial dentro de um debate mais amplo e internacional apenas engatinhava em território brasileiro, nos parece compreensível (apesar do resultado altamente questionável). Entretanto, verificar em um processo de restauro realizado na década de 90, onde todo o discurso permanece voltado para a prática restaurativa baseada em princípios onde ainda parece ecoar a ideia de uma “identidade nacional” representada pela valorização da arquitetura produzida no período colonial e pela ausência de atribuição de valor à produção eclética, inquieta-nos bastante. Os termos utilizados pela equipe restauradora da Igreja Nossa Senhora da Apresentação em Natal, como “má qualidade estilística”; “mutilado por pastiches arquitetônicos”; “processo de mascaramento que denegria por completo as feições arquitetônicas da Catedral”; “leitura desconexa”; deixam bem claro este posicionamento.

Sobre o processo de restauro do Convento de Santo Antônio, apesar deste apresentar uma conceituação bem mais consistente onde se destaca inclusive a preocupação com a sustentabilidade do bem através da introdução de novos usos e atividades, observa-se mais uma vez a desconsideração do momento representado pela intervenção do início do século XX.

É claro que o processo de tomada de decisão durante o processo de restauro é bastante complexo e não desejamos aqui desmerecer o esforço e a qualidade do trabalho empreendido pelos responsáveis pelos projetos de restauro aqui apresentados que realizaram exaustivas

¹⁵ <http://oglobo.globo.com/rio/historia-emparedada-no-convento-de-santo-antonio-5146715>

pesquisas históricas e prospecções arqueológicas. A reflexão proposta centra-se nos princípios fundamentais tomados para as intervenções e sua possível relação com a prática institucionalizada no IPHAN ao longo de suas primeiras décadas de atuação. Como alerta Azevedo (2003, p. 22 – grifos nossos):

Na prática, o grande dilema da restauração é saber **o que se deve retirar e o que se pode introduzir** para refazer a unidade potencial da obra de arquitetura e sua plena integração social, **sem comprometer sua autenticidade ou eliminar as marcas de sua trajetória histórica e possibilidades futuras**. Mas a **prática atual da restauração, na América Latina, incluindo o Brasil, nem sempre reflete as concepções mais atualizadas do restauro.**

Os dados levantados chamam atenção pela perspectiva fortemente calcada na valorização das feições características do período colonial em todos os três exemplos abordados. A despeito da grande distância temporal, utiliza-se de uma prática projetual que se assemelha no que diz respeito ao momento eleito como digno de “retorno”, o “original” a ser buscado. O fato de observarmos, nos três casos, intervenções de natureza historicista realizadas sobre as fachadas das igrejas nas décadas iniciais do século XX parecem comprovar que tais intervenções estavam absolutamente compromissadas com o gosto estético do momento em que foram realizadas.

Diante destas permanências, preocupa-nos a recorrência do discurso de valorização da imaterialidade e participação população como justificativas para a realização de reconstruções miméticas, de forma tal que colocamo-nos a questão: não será essa uma legitimação para a perpetuação da ação primeira do IPHAN fortemente pautada por reconstituições e repristinações?

Vários são os exemplos recentes de reconstruções resultantes de solicitações das comunidades envolvidas como a reconstrução do Hotel Pilão, em Ouro Preto, da Igreja Matriz de Pirenópolis em Goiás, da Capela das Mercês e da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa, ambas em São Luiz do Paraitinga, no Estado de São Paulo. Considerando que, da forma como se coloca na Carta de Veneza (CURY, 2004), que “a manutenção das ruínas deve ser assegurada” e que “todo trabalho de reconstrução, excluído a priori”, casos de reconstrução, no nosso entendimento, seriam solução apenas em casos muito extremados, como o clássico e paradigmático exemplo da Varsóvia pós-guerra.

Assim, destacamos que muito além de uma defesa cega por determinada postura intervencionista, muito além de uma histeria em prol da autenticidade, o que procuramos entender é se existe uma reflexão em torno de outras possibilidades que ultrapassem as fronteiras das práticas de reconstituição. Será a reconstrução colocada como opção de exceção após examinadas outras possibilidades? Considerar o imaterial, os usos e os significados é primordial, mas isso não quer dizer que as decisões possam ser tomadas sem que haja uma reflexão teórica e técnica sobre as alternativas de atuação sobre o pré-existência que, acreditamos, devem considerar também a matéria e os valores estético e históricos a ela inerentes.

Da mesma forma como existia uma relação identitária das pessoas para com o casarão de Ouro Preto perdido para o incêndio e para com as construções perdidas para a enchente em São Luiz do Paraitinga, também existia uma relação entre as novas feições adquiridas pelas igrejas exemplificadas acima antes do processo restaurativo aqui brevemente apresentado e as comunidades locais. Por que essa relação vale para uns casos e para outros não?

Longe de desejar emitir juízos apressados ou embaçados por crenças pessoais, gostaríamos sim que parássemos para realizar uma autocrítica sobre os avanços alcançados sobre essa discussão intervencionista em território nacional. Qual o peso dos anos 40 aos 70 na consolidação de uma arquitetura do pastiche que reverbera até a atualidade?

Faz-se também necessário lembrar que esta “tendência” à realização de reconstruções e reconstituições também se insere numa discussão sobre a emergência da “cidade- atração” onde criação dos cenários resultantes de alguns desses processos atuam de forma positiva para a exploração econômica e imagética das áreas de valor patrimonial.

Por fim, destacamos com veemência que o fato de entender que a pluralidade de posturas intervencionista é parte inerente do campo da conservação e restauração, não significa dizer que se pode fazer “qualquer coisa”. Mais uma vez recorremos a Azevedo (2003, p. 23 – grifos nossos) ao ressaltar que “(...) o progresso do restauro está menos ligado ao avanço tecnológico do que ao desenvolvimento de uma cultura crítica e artística que respalde suas decisões e **logre integração dos elementos de diferentes épocas.**” Kühl (2006) também enfatiza a “necessidade do rigor metodológico na restauração, como condição necessária para execução de projetos arquitetônicos que de fato respeitem o bem que se quer preservar e como fio condutor do processo criativo” (KÜHL, 2006, p.19). A restauração como campo disciplinar autônomo possui seus referenciais teóricos e metodológicos, que não devem ser confundidos como regras fixas, mas sim como aporte para uma reflexão crítica no processo do projeto de intervenção que, não podemos esquecer, trata-se de um projeto de arquitetura que exige, sim, muita criatividade para lidar com seus desafios.

Assim, incomoda-nos bastante a percepção de que apesar de haver uma enormidade de exemplos intervencionistas baseados em princípios próximos à corrente italiana da “repristinação”, não temos acesso a praticamente nenhum material nacional de reflexão teórica que defenda e apresente as justificativas para a adoção de tal postura. Consciência técnica em prol da repristinação ou manutenção do *status quo*?

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza; BARRETO, Isabel Cristina Rocha; MOURA, Silvana Betulia de. *Catedral Velha: Uma experiência em restauração*. Natal/RN, 1995. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/60677140/paulo-tadeu-de-souza-albuquerque-arqueologia-da-arquitetura-a-catedral-de-natal>. Acesso em: 23 jun.2013.
- ANDRADE JÚNOR, Nivaldo Vieira. *O Futuro do Passado: Arquitetura Contemporânea e Patrimônio Edificado na América do Sul*. Anais do VI Projetar- ensino, pesquisa e prática. Salvador: UFBA, 2013a.
- ANDRADE JÚNOR, Nivaldo Vieira. *Texto de Apresentação do ARQUIMEMÓRIA- 4 - Encontro Internacional sobre preservação do patrimônio edificado*. Salvador: maio de 2013b.
- ANDRADE JÚNOR, Nivaldo Vieira de. *Metamorfose arquitetônica: intervenções projetuais contemporâneas sobre o patrimônio edificado*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. *A restauração arquitetônica entre o passado e o presente*. In: RUA-Revista de Arquitetura e Urbanismo, Salvador: PPGAU-UFBA, n. 08, 2003.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Apresentação por Giovanni Carbonara e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. Coleção Artes & Ofícios, n. 5. 261p.



- BRENDLE, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti; VIEIRA, Natália M.. *Ruína não se restaura: a reinvenção do quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras-SE*. Anais do III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios, 2010.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. Edição da Prefeitura do Município do Natal, 1947.
- CAVALCANTI, Isadora Padilha de Holanda. *Restauração na crise: a teoria de Cesare Brandi*. In: Cadernos PPGAU-UFBA, A invenção do patrimônio, Ano 10, n 01, 2012. Salvador: PPGAU-UFBA. 2008. P. 69-78.
- COELHO, Olinio Gomes P. *Convento de Santo Antônio do Rio De Janeiro: Restauo e Revitalização*. Anais do 6º SEMINÁRIO MESTRES E CONSELHEIROS: AGENTES MULTIPLICADORES DO PATRIMÔNIO. Belo Horizonte, de 04 a 06 de junho de 2014 ISSN 1983-7518
- CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.
- JOKILEHTO, Jukka. *Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context*. In: City & Time 2 (1): 1. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>, 2006.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização. Problemas Teóricos de Restauo*. Ateliê Editorial. São Paulo, 2009.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Restauração Hoje: Método, Projeto e Criatividade*. In: Desígnio – Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo, n. 6, São Paulo, set. 2006. p. 19-33.
- LARSEN, Knut Einar (ed.). *Nara Conference on Authenticity – Proceedings*. Japan:UNESCO / ICCROM / ICOMOS, 1995.
- LIMA, Ludmilla. *Viagem ao Rio de Janeiro Colonial*. Matéria publicada no Jornal do Comércio, pág 14 do Caderno Brasil, 01 de janeiro de 2012.
- MENEZES, José Luiz da Mota. *Sé de Olinda*. FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.
- MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 22, 1987. p. 108-122.
- MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2005.
- PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. *Pretérito Mais Que Perfeito?* Anais do ARQUIMEMÓRIA- 4. Encontro Internacional sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador: 2013.
- PEREIRA, Honório Nicholls. *Tendências contemporâneas na teoria da restauração*. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (Orgs). *Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2001. p. 101-116.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma da preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador: UFBA, 1995. 268p.
- SANT'ANNA, Márcia. *A cidade- atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador: UFBA, 2004. 399p.
- SILVA, Paula Maciel. *Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.
- SILVA, Jaqueline Pugal da; ALMEIDA, Renata Hermann de. *A Visão do IPHAN sobre o Novo no Antigo entre as Décadas de 1940 E 1970 a Partir da Cidade de Sabará (MG)*. Anais do ARQUIMEMÓRIA- 4. Encontro Internacional sobre preservação do patrimônio edificado. Salvador: 2013.



- STOVEL, Herb. *Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions*. In: City & Time 2 (3): 3. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>, 2007.
- TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press, 1996. 234p.
- VIEIRA, Natália Miranda; MARANHÃO, Haroldo; VIEIRA, Monique Lessa. *Práticas Intervencionistas No Patrimônio Edificado Do Rio Grande Do Norte: Da Reconstrução Mimética A Uma Abordagem Crítica*. Anais do VI Projetar- ensino, pesquisa e prática. Salvador: UFBA, 2013.
- VIEIRA, Natália Miranda; NASCIMENTO, José Clewton do. *A cristalização da eterna imagem do passado nas práticas preservacionistas dos sítios históricos brasileiros: perspectivas para sua superação?* Anais do II ENANPARQ- II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal: 2012.
- VIEIRA, Natália Miranda. *Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008a.
- VIEIRA, Natália Miranda. *Integridade e Autenticidade: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas*. Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008b.
- VIEIRA, Natália Miranda. *A Discipline in the making: Restoration Classics Revisited*. In: City & Time 1 (1): 1. [online] URL:<http://www.ct.ceci-br.org>, 2005.